PDG COMPANHIA SECURITIZADORA

CNPJ/MF 09.538.973/0001-53

NIRE 33.300.286.233

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

**ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES
DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 15ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO
DA PDG COMPANHIA SECURITIZADORA**

A **PDG COMPANHIA SECURITIZADORA** ("Emissora" ou "Securizadora") na qualidade, respectivamente, de emissora da 15ª Série da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Emissora ("CRI" e "Emissão", respectivamente), pelo presente edital de convocação, nos termos da Cláusula 12.3.5 do Termo de Securitização dos créditos imobiliários que lastreiam os CRI, firmado em 20 de dezembro de 2011, conforme aditado, convocam todos os titulares dos CRI ("**Titulares dos CRI**") a se reunirem em Assembleia Geral de Titulares de CRI, a ser realizada, em primeira convocação no dia 02 de Março de 2017, às 10:00 horas e, em segunda convocação, às 12:00 horas, no mesmo dia, na sede da Emissora, localizada na Av. Doutor Cardoso de Melo, 1955, 10º andar, cidade e estado de São Paulo, para deliberarem sobre

(i) medidas a serem tomadas em razão da ocorrência do Evento de Vencimento Antecipado dos CRI, previsto na cláusula 6.29.9.1 do Termo de Securitização, em razão do não pagamento pela PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações e, por consequência, pela Securizadora, do montante equivalente ao evento de Resgate Antecipado Parcial dos CRI com vencimento em 23 de janeiro de 2017, nos termos que dispõe a cláusula 6.29.1 e seguintes do Termo de Securitização, que poderá acarretar na declaração do vencimento antecipado de todas as obrigações da Emissora relativas aos CRI, sem prejuízo do disposto nas demais cláusulas do Termo de Securitização;

(ii) medidas a serem tomadas em razão do não cumprimento pela Securizadora da obrigação de substituição do Agente Fiduciário no prazo de até 120 (cento e vinte) dias contados de 27 de julho de 2016, nos termos das deliberações tomadas em Assembleia Geral dos Titulares dos CRI realizada em 27 de julho de 2016;

(iii) exposição e medidas a serem tomadas para a criação de uma remuneração em favor da Securizadora ("Fee"), de forma a permitir a cobertura de despesas operacionais relacionadas aos CRI;

(iv) autorização para que a Securizadora utilize os recursos integrantes do Patrimônio Separado para pagamento de custos operacionais relativos aos CRI, tais como, mas não se limitando, à remuneração do Agente Fiduciário, ao pagamento do Fee à Securizadora, dentre outros;

(v) outros assuntos de interesse dos Titulares do CRI.

Os Titulares de CRI deverão se apresentar no endereço acima indicado portando os documentos que comprovem sua condição de titular dos CRI e, os que se fizerem representar por procuração, deverão entregar o instrumento de mandato, com poderes específicos na Assembleia Geral de Titulares dos CRI, na sede da Securizadora, acima indicada, com, pelo menos, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da referida assembleia ou no momento da

referida assembleia. Sem prejuízo, os titulares dos CRI deverão encaminhar os documentos comprobatórios de sua representação para o e-mail gdc@gcdtvm.com.br.